

ESTADO DE SAO PAULO  
31 JUL 1986

## A festa vai acabar *Cos Conot*

**CARLOS CHAGAS**

Dos 30 partidos registrados na Justiça Eleitoral e aptos a disputar as eleições de 15 de novembro, provavelmente só o PMDB, o PFL, o PDT, o PT e o PDS deverão estar representados na futura Assembleia Nacional Constituinte. Mesmo elegendo uns poucos deputados e senadores, os demais, inclusive os partidos comunistas e os singulares Pasart, PH e tantos outros, ficarão à margem dos trabalhos. Isso porque, entre as principais lideranças parlamentares e partidárias, bem como na Comissão Provisória de Estudos Constitucionais e no próprio Palácio do Planalto, registra-se consenso pela manutenção dos princípios estabelecidos na Emenda 25, de maio do ano passado, expressos no atual Artigo 152 da Constituição. Permanecerá livre a criação de partidos políticos. Mesmo formados por um mínimo de cem pessoas, eles terão direito à inscrição no Tribunal Superior Eleitoral, funcionamento e prerrogativas normais. Poderão ter sedes próprias, promover comícios, seminários, festas e campanhas. Mas não poderão fazer-se representar no Congresso (e em consequência, na Assembleia Nacional Constituinte), caso não tenham obtido a 15 de novembro o apoio expresso em votos de pelo menos 3% do eleitorado, distribuídos em pelo menos cinco Estados, com o mínimo de 2% em cada um deles.

Os deputados federais e senadores porventura eleitos pela en-

xurrada de partidos de ocasião e até de aluguel terão 60 dias, a partir da instalação dos trabalhos constituintes, para optar por uma das legendas que tiver alcançado os percentuais referidos — e as previsões são de que apenas PMDB, PFL, PDT, PT e PDS preencherão os requisitos constitucionais.

Pode ser que a Assembleia Nacional Constituinte, mantendo o preceito em vigor, venha a avançar um pouco mais, restringindo o direito de os pequenos partidos apresentarem candidatos em eleições futuras, se, por exemplo, em três eleições seguidas para a Câmara dos Deputados, não satisfizerem as exigências constitucionais. Isso porque, além do já proibido funcionamento de partidos com um, dois ou três deputados, no Congresso, verifica-se o inconveniente de estarem conturbando e tumultuando o processo eleitoral. Os exemplos estão nas ruas. A dança de nomes ultrapassou todos os limites. Suas consequências vêm prejudicando a sedimentação de partidos fortes e capazes de assumir parte do poder político real no País.

A decisão só será tomada pela Assembleia Nacional Constituinte, mas, se vingar, como parece que vingará, um sistema de governo presidencialista enxertado de pitadas de parlamentarismo, seu sucesso estará na razão direta da afirmação dos grandes partidos. Da não proliferação dos pequenos. E não há como esperar que

PMDB, PFL e outros se afirmem caso continue, às vésperas das eleições, a permissividade para mudanças, abandonos, retornos e sucedâneos.

Tanto na Comissão Provisória de Estudos Constitucionais quanto no Palácio do Planalto admite-se que o sistema de governo, permanecendo presidencialista, venha a admitir a figura de um primeiro-ministro ou chefe do Ministério, que dividiria com o chefe do governo e do Estado as tarefas administrativas. Estaria subordinado a ele, mas sua designação dependeria de acordo entre os partidos. As bancadas majoritárias, individualmente ou em coligação, dariam o primeiro-ministro, cabendo ao presidente escolher, nelas, o seu preferido.

Essa fórmula depende de partidos fortes, podendo redundar naquilo que o chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, chama de Estado partidário. Exigiria outras medidas, inclusive a de considerar os mandatos eletivos patrimônio dos partidos, não dos mandatários. Assim, quem mudasse de partido em meio ao exercício de seu mandato deveria perdê-lo automaticamente, podendo, nas próximas eleições, pleiteá-lo por outra legenda.

Protestos dos pequenos partidos começarão a estourar, antes mesmo que se reúna a Assembleia Nacional Constituinte, mas, salvo inusitado ou mudança inesperada, essa é a tendência. A festa dos Pasart, PH e outros vai durar pouco. Não acabou, mas acabará no começo do ano que vem.